



Às nove horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTONIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 690012007-00; Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Marifrança do Socorro Souza de Oliveira; Instrução: Auditor Alcimar Lobato e 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Retirado de pauta. Processo nº 140192007-00; Coordenadoria de Comunicação Social de Belém - COMUS; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Sílvia Maria Silva Boga (Janeiro a Abri/207) e Sílvia Helena Randel (Maio a Dezembro/2007); Instrução: Auditor Alcimar Lobato e 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1230012004-00; Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará; Recurso Ordinário contra a Decisão da Resolução nº 10.740, de 05.02.13 (Prestação de Contas de 2004); Responsável: Aldemir da Conceição Aires de Oliveira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 540022003-00; Câmara Municipal de Ourém; Recurso de Revisão contra a decisão objeto do Acórdão nº 18.666 (Prestação de Contas de 2003); Responsável: Márcio dos Santos e Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O



Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201413825-00; Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte;** Embargos de Declaração contra a decisão da Resolução nº 11.379, de 04.02.2014 – Exercício 2000; Responsável: José Francisco da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração, ante o não preenchimento dos requisitos específicos previstos no *caput* do Art. 70, da Lei Complementar nº 84/2012. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201207589-00; Instituto de Previdência do Município de Ananindeua;** Portaria nº 072/2012 - Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade – 2012; Interessada: Maria do Amparo Rodrigues de Andrade; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201219618-00; Instituto de Previdência do Município de Ananindeua;** Portaria nº 439/2012 - Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade – 2012; Interessada: Janete Canelas Peres; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201411048-00; Município de Oriximiná;** Denúncia 2009 – Despacho de Admissibilidade; Denunciante: Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Oriximiná – SINDSMOR; Denunciado: Luiz Gonzaga Viana Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela inadmissibilidade da Denúncia, com o seu arquivamento, nos termos do § 3º, do Art. 292, do RI/TCM (Ato nº 016/2013), c/c o § único do Art. 46, da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, que trata da Lei Orgânica deste Tribunal. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** O Presidente pediu a palavra para anunciar o recebimento do Ofício nº 00002/20014, do Tribunal de Contas de Pernambuco, que divulga a realização do 2ª Simpósio Nacional de Auditorias de Parcerias Públicas Privadas, a ocorrer no período de 19 a 21 de novembro de 2014, em Recife. Em seguida, comunicou, também, o encaminhamento do Ofício nº 001/2014, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, através do qual solicita informações referentes aos procedimentos de Controle Externo relacionados à acessibilidade realizados pelo nosso TCM. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.**



80 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a
81 presente Sessão, às nove horas e cinquenta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
82 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e três de outubro
83 de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Presidente da Sessão